

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PARX).



20 NOV 1987

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O "entulho" que perpetua a exploração da miséria

Nas democracias federativas, como a que se pretende para o Brasil, com um legislativo bicameral — Câmara e Senado — por princípio o Senado é considerado como a representação dos Estados da Federação enquanto na Câmara está a representação popular propriamente dita. Por isso é que o número de senadores é fixo — três por unidade da Federação, o que torna todos eles absolutamente iguais — e o número de deputados varia de Estado para Estado. Um outro princípio das democracias representativas é o de que a cada homem deve corresponder um voto. Extrapolando-se esse princípio para a representação popular, entende-se que cada deputado deve representar um mesmo número de cidadãos.

Mas não é isso que acontece no Brasil presentemente, uma distorção que a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte manteve no texto da futura Constituição que está mandando para votação no plenário. No Brasil há cidadãos de primeira e segunda classe em tudo — no tratamento dos órgãos públicos, como contribuintes e até como eleitores e representados. Faz parte do famigerado "entulho do autoritarismo", do qual tanto prometeram nos livros, esta distinção entre os brasileiros que valem mais e os brasileiros que valem menos.

No campo da representação política, o absurdo é evidente. São Paulo, que tem perto de 16 milhões de eleitores, conta com apenas 60 deputados na Câmara Federal, o que dá a média de um deputado para cada 266 mil eleitores. No outro extremo, o Acre, com 144 mil eleitores, tem oito deputados, um para cada 18 mil cidadãos com direito a voto. Donde se conclui que um eleitor do Acre vale 15 vezes mais do que um eleitor de São Paulo.

Esse absurdo, que a Comissão de Sistematização manteve, foi inventado pelo general Ernesto Geisel em seu famigerado pacote de abril de 1977, quando ele criou os senadores biónicos e impôs um limite máximo de deputados para os estados e aumentou de quatro para oito o número mínimo de representantes por bancada estadual. As intenções do general eram muito claras. Já naquela ocasião o partido político do governo — a Arena — estava perdendo sustentação em todo o País, principalmente nos estados mais evoluídos do Centro-Sul; e, pelo andar da carruagem, não havia nenhuma dúvida: o então MDB (agora PMDB) iria alcançar, finalmente, a maioria na Câmara e no Senado nas eleições de 1978.

Essa vitória do (P)MDB seria desastrosa para os planos continuistas do grupo que girava em torno do general Geisel, que já indicara o próximo presidente — o general Figueiredo — e pretendia ainda fazer o presidente seguinte por meio das eleições indiretas inscritas na Constituição. Todo esse plano estaria destruído se a oposição se tornasse majoritária: o (P)MDB não só dificultaria a ação administrativa de Figueiredo como também poderia mudar a Constituição marcando eleições diretas ou, se quisesse, poderia eleger o sucessor de Figueiredo pelo método indireto. Aliás, foi o que acabou acontecendo a partir do momento em que as ambições do ex-governador Paulo Maluf racharam o PDS (sucessor da Arena) e permitiram a montagem da Aliança Democrática que levou a dupla Tancredo Neves-José Sarney ao poder.

O expediente adotado por Geisel prejudicou os estados mais populosos e mais evoluídos econômica e politicamente, como os do Centro-Sul, e beneficiou os estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, onde o clientelismo político ainda tem as mesmas tinturas fortes da República Velha e onde o atraso econômico exacerba a influência do poder público. Geisel procurou beneficiar claramente os estados onde a máquina pública, tanto do governo federal como dos estados e municípios, tem um papel preponderante e um extraordinário poder eleitoral. Foi uma clara opção pelo Brasil cartorial e arcaico em detrimento do Brasil capitalista moderno.

Assim, os Estados mais pobres e politicamente menos desenvolvidos (e por isso mesmo, de eleitorados mais "controláveis") passaram a determinar as grandes linhas das políticas governamentais, enquanto os Estados mais evoluídos perderam influência e substância política. A busca da eficiência e da produtividade foram relegadas como métodos de governo para a promoção do desenvolvimento e para a erradicação da miséria, e a simples assistência à miséria — perdulária, sempre sujeita à manipulação política e à corrupção, instrumento de chantagem eleitoral — tornou-se a meta por excelência da "política econômica" dos governos. Não é à toa que o "mote" deste é a "opção (assistencial) pelos pobres" e não a opção pelo enriquecimento do Brasil, como deveria ser.

O efeito foi um nivelamento por baixo, com o empobrecimento de todo o Brasil e, como não poderia deixar de ser, com o mergulho profundo do Nordeste e de outras regiões que já eram pobres na miséria. O mecanismo do fenômeno é óbvio: quando um Estado como São Paulo começa a ter a sua atividade econômica reduzida em função de distorções da política econômica nacional, principalmente as introduzidas por bancadas regionais visando "defender os interesses" e "diminuir a miséria" dessas regiões, todo o Brasil é imediatamente atingido, principalmente as unidades da Federação menos desenvolvidas economicamente. Além do fato de que em São Paulo vivem hoje mais de oito milhões de brasileiros que vieram para cá fugindo da "miséria politicamente assistida" de outras regiões do País, que não lhes oferecia esperanças de melhorar de vida por seu próprio esforço, que são os primeiros a sentir na pele esta queda da atividade econômica paulista, São Paulo é também um grande importador de matérias-primas, alimentos e produtos manufaturados de todos os outros Estados da União, nos quais cria e sustenta empregos e atividades econômicas com o seu poderoso mercado consumidor...

Assim, como se vê, o cerrado "fechamento de questão" das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, às quais se tem juntado, ultimamente, e por interesse político pessoal não dos mineiros mas do governador de Minas Gerais, a bancada mineira, para manter a ferro e fogo esta distorção que transforma numa mentira a democracia brasileira, não responde, em absoluto, à "defesa dos interesses" dos brasileiros destas regiões que, como demonstramos acima, coincidem em tudo com os interesses dos brasileiros de São Paulo, como, aliás, não poderia deixar de ser, mas sim à defesa dos interesses dos políticos que, por meio desse estratégia, mantêm nas suas mãos porcosos os muitos milhões que vão para os programas assistenciais do governo mas não chegam às bocas famintas do Nordeste nem de lugar nenhum, a não ser quando isso tem "troco" eleitoral. Também não se pretende, evidentemente, acabar com esta miséria tão útil e tão conveniente para os donos da assistência...

Tudo isso faz parte da eterna luta entre o Brasil arcaico — o dos políticos que vivem da exploração da miséria que o seu arcaísmo político cria e perpetua — contra o Brasil moderno — o do esforço pessoal recompensado, o da oportunidade e do desenvolvimento —

que os brasileiros de todas as regiões do País vêm procurar, esperançosos, quando migram para São Paulo.

E o que os últimos acontecimentos estão demonstrando é que o Brasil inteiro, sem exceções, terá de ser uma coisa ou outra...

O projeto de conversão e o excesso de zelo dos fósseis

A frustrada tentativa dos fósseis do PMDB de impedir a aprovação — pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) — das normas propostas pelo Banco Central para a conversão da dívida externa em capital de risco não constitui surpresa. Esse episódio lamentável não passa de mais um entre os múltiplos exemplos da estupidez incurável e da criminoso irresponsabilidade desses políticos, os mesmos que fizeram da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte o instrumento da fossilização da economia brasileira e do seu ódio atávico à competência e ao desenvolvimento.

A esses senhores bem situados na vida, que, nas suas "atividades empresariais" particulares substituem a competência pelo acesso "político aos créditos oficiais ilimitados, interessa manter crescente a miséria dos brasileiros, os nossos vergonhosos índices de desnutrição, analfabetismo e mortalidade infantil, o sucateamento do nosso parque industrial e a deterioração de nossa imagem internacional, porque só num país assim eles podem manter-se no poder.

Diante dos resultados nefastos já acumulados nestes dois anos e meio de terrorismo econômico dos fósseis do PMDB é excesso de zelo desses "patriotas" tentar criar mais barreiras à entrada de capitais estrangeiros, pois os investidores do Exterior já foram suficientemente afugentados pelos golpes sucessivos da Comissão de Sistematização da Constituinte, pela desastrosa moratória do sr. Funaro, pela política de reserva de mercado no setor de informática e pela guerra comercial desencadeada pelos burocratas da SEI e que o senador saltitante (ex-servidor dos generais), Severo Gomes, quer levar às últimas consequências. Já conseguiu: depois das retaliações dos Estados Unidos, que decidiram taxar as exportações brasileiras em US\$ 105 milhões por ano, o Japão e a Comunidade Econômica Européia consultados pelo governo dos EUA declaram-se dispostos a também adotar medidas contra os produtos brasileiros.

A coisa, agora, já anda sozinha: o obituário político e econômico do Brasil já é notícia de primeira página, entre outros, no influente Wall Street Journal, dos Estados Unidos. O mundo inteiro já pode compartilhar, em primeira mão, a tragédia que vem prostrando os brasileiros do País real que assistem pela televisão às guerras de traficantes que ocorrem no Rio de Janeiro (quando não são vítimas dela) ou ao triste perambular da multidão de crianças abandonadas em São Paulo. As consequências mais visíveis, enfim, da falta de governo e da fossilização econômica que lança incertezas sem conta no ar, afastando o interesse dos investidores potenciais.

Como não poderia deixar de ser, no País deste PMDB, o Banco Central elaborou uma regulamentação para a conversão da dívida em investimentos marcada por concessões aos nacionalistas. Como disse o presidente do BC, Fernando Milliet de Oliveira, dirigindo-se à "classe política" (leia-se aos fósseis), foram preservados na resolução do CMN todos os aspectos da legislação sobre o capital estrangeiro. Não será autorizada, por exemplo, a conversão da dívida para a transferência do controle de empresas nacionais, nem para as empresas que remeteram lucros para o Exterior legalmente nos 36 meses anteriores à data da entrada do pedido no BC, a menos que esses lucros sejam reinvestidos no Brasil.

Sem dúvida, tratam-se de duas restrições sem sentido, pois do ponto de vista econômico não interessa se uma empresa é nacional ou estrangeira. O que importa é a sua eficiência, a contribuição que pode dar em termos de bens ou serviços que produz, de geração de empregos, de progresso tecnológico etc. Também não se justifica a "punição" daqueles que remeteram lucros, pois, em virtude do conhecimento que possuem de nossa economia, da qual já participam, é natural que sejam precisamente estes os investidores mais interessados em converter dívida em capital.

Apesar dessas restrições, as normas aprovadas pelo CMN são mais liberais do que se poderia esperar no atual quadro político, visto que os fósseis do PMDB pretendem incluir no texto constitucional a proibição pura e simples de toda a conversão da dívida em capital de risco. Consciente ou inconscientemente, o governo faz o jogo desses radicais ao admitir que o objetivo principal da nova regulamentação é favorecer a "securitização" da dívida, isto é, a transformação de parte dos créditos dos bancos em títulos de longo prazo e juros fixos. No entanto, a "securitização" depende do acordo de longo prazo a ser concluído com os bancos, que até aqui têm rejeitado essa tese do ministro Bresser Pereira.

Outra limitação pouco inteligente das novas regras é a que restringe a aplicação dos recursos somente em projetos de investimento ou em empreendimentos já existentes em busca de recursos para aumento de capacidade. Mas um ponto interessante é a regra que diz que a conversão poderá abarcar tanto o principal quanto os juros, em contraste com os projetos anteriores que só incluíam os juros a vencer e a redução do prazo para a permanência dos recursos no País, agora fixado em 12 anos (em comparação com 15 anos no projeto inicial).

Entre os aspectos negativos, o mais criticado por fontes do mercado é o item que manda destinar 50% do valor convertido mediante leilões (a serem promovidos pelo Banco Central para a apropriação de parte do deságio) em empreendimentos situados nas regiões Norte e Nordeste. A idéia por trás deste item não é a de estimular o desenvolvimento regional (embora possa parecer-lo), já que dificilmente os investidores se sentirão atraídos por empreendimentos em áreas sem mercado ou condições de infra-estrutura adequadas. E a de dar satisfações a grupos de interesses políticos, coisa que, por ser, obviamente, percebida como tal, reduz a seriedade e a credibilidade do projeto e, o que é pior, reduz globalmente os investimentos prejudicando todo o País e, dentro dele, também o Nordeste.

Evidentemente, um dos problemas da nova regulamentação para a conversão de dívida em capital é o timing da sua aprovação pelo CMN, que acontece em meio à maior crise política da nossa história republicana, fruto da ação terrorista da ala fóssil do PMDB, que chegou ao extremo de cassar toda a autoridade do presidente da República. Além disso, existe uma crise nos principais mercados financeiros do mundo, abalados desde o crash de 19 de outubro na Bolsa de Nova York.

De acordo com as estimativas, o modelo de conversão aprovado deverá permitir a entrada de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão por ano para o setor produtivo, quantia equivalente à que o País recebia voluntariamente em investimentos diretos nos tempos em que as condições políticas e a economia ainda não sofriam a ameaça de iminente fossilização. Essa cifra é muito modesta, quando se considera que o total da dívida passível de conversão é da ordem de US\$ 66 bilhões, mas poderemos considerar uma verdadeira proeza se ela chegar a se confirmar sob um "governo" como este.

É esta, pelo menos, a expectativa do mercado que, no primeiro dia das novas regras, praticamente não reagiu a elas. As Bolsas caíram, como vem acontecendo desde o agravamento da crise política e econômica com o início dos "trabalhos" da Comissão de Sistematização, mesmo os fósseis do PMDB poderão voltar à carga e desfazer tudo o que o CMN aprovou. E se o ambiente aqui dentro é este, que dirá entre os investidores estrangeiros...

Por enquanto, as medidas valem apenas como um sinal de que a estupidez xenófoba ainda não matou os últimos resquícios de racionalidade em todas as áreas do governo. Ainda há algumas brasas debaixo das cinzas...